



VI – CONCLUSÃO:

EX POSITIS, CONSIDERANDO o não preenchimento dos requisitos básicos prescritos no artigo 59, da Lei 14.309/2002. Opino pelo **CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO**.

Recomendações a Secretaria Executiva do CA/IEF:

- A - que o processo seja pautado na próxima reunião do conselho de Administração do IEF, observando-se os prazos e procedimentos regimentais;
- B – que todos os documentos sejam juntados ao processo;
- C - que todas as folhas do procedimento sejam numeradas.
- D – Após o julgamento verificar a necessidade da cobrança da reposição florestal.

É o parecer, SMJ.

Unai - MG, 22 de agosto de 2013.



Marcos Roberto Batista Guimarães
Analista Ambiental-IEF-MG
MASP 11509882 - OAB/MG 100683


Marcos Roberto Batista Guimarães
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental
Analista Ambiental / Jurídico IEF - MG
Masp – 1150988-2 OAB/MG 100.68